

DIÁRIO DO JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Des. Cláudio Renato dos Santos Costa
Presidente

Desª. Márcia Maria Milanez
3ª Vice-Presidente

Des. Mário Lúcio Carreira Machado
1ª Vice-Presidente

Des. Antônio Marcos Alvim Soares
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Joaquim Herculano Rodrigues
2ª Vice-Presidente

Des. Luiz Audebert Delage Filho
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO III - BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2010 - Nº 190

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

"Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de criptação eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura "sha1RSA", expedido pela Autoridade Certificadora denominada "AC PRODEMGE SRF", usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG."

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À
DIRETORIA EXECUTIVA DE
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

MAGISTRATURA

Ver Planilhas - Plantão de habeas corpus e medidas urgentes, para vigorar durante o ano de 2011 - no final desta publicação

2ª INSTÂNCIA

Retificando portaria de nomeação, publicada no dia 18/10/2010 (DJe de 15/10/2010), onde se lê Glaucilene Chaves de Melo, leia-se Glauciane Chaves de Melo.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
18.10.2010

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

TJMG X J.I. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA.

Ata nº. 018/2010

Processo: 1646/2010

Licitação: 098/2010

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de etiquetas adesivas.

LOTE ÚNICO:

Etiqueta adesiva numerada c/ código de barras e controle de remessa via malote 4 x 1,5cm.

Quantidade registrada: 20.000 centos

Valor unit.: R\$0,68 (sessenta e oito centavos).

TJMG X MÁXIMO DISTRIBUIDORA LTDA.

Ata nº. 019/2010

Processo: 1666/2010

Licitação: 102/2010

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição materiais de escritório.

LOTE 01:

1.1. Apontador Simples

Quantidade Registrada: 8.000 un.

Valor unit.: R\$0,35 (trinta e cinco centavos);

1.2. Grampo 14mm

Quantidade registrada: 2.000 cx.

Valor unit.: R\$2,20 (dois reais e vinte centavos);

1.3. Grampo p/ pasta 80mm

Quantidade registrada: 3.500 cx.

Valor unit.: R\$4,37 (quatro reais e trinta e sete centavos);

1.4. Caneta marca texto

Quantidade registrada: 40.000 un.

Valor unit.: R\$0,45 (quarenta e cinco centavos).

LOTE 02:

2.1. Caneta esferográfica azul

Quantidade Registrada: 250.000 un.

Valor unit.: R\$0,30 (trinta centavos);

2.2. Caneta esferográfica preta

Quantidade Registrada: 100.000 un.

Valor unit.: R\$0,30 (trinta centavos);

2.3. Caneta esferográfica vermelha

Quantidade Registrada: 25.000 un.

Valor unit.: R\$0,30 (trinta centavos).

Comissão Permanente de Licitação

Classificação das Propostas

Licitação nº 080/2010 - Concorrência

Objeto: Obra de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Ibiá/MG.

Classificação das Propostas;

Classif	EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA	VALOR AJUSTADO TJ
1º	Sudeste Empreend. Ltda	2.208.268,19	2.208.317,19
2º	Consercon Const. Ltda	2.282.981,13	2.283.000,92
3º	Cons. Engemar Ltda EPP	2.362.989,37	-
4º	Esquadra Eng Ltda	2.367.233,03	-
5º	Const. Nogueira & Oliveira Ltda	2.370.670,63	2.370.579,10
6º	Millenium Engª e Construções Ltda EPP	2.396.244,41	2.396.235,12

A Comissão Permanente de Licitação do TJMG concede o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir desta data, para a empresas acima:

I - manifestar sobre o ajuste efetuado, em no valor global de suas propostas, nos termos do subitem 10.2.3 do edital;

II - exercer a prerrogativa prevista no art. 44 da Lei Complementar nº. 123/2006, sob pena de preclusão do seu direito, conforme o caso.

Informações adicionais na Rua Timbiras, 1.802 - Centro - BH - MG ou pelo tel (31) 3249.8056.
Em 18/10/10

a) Comissão de Licitação.

Julgamento da Habilitação

Licitação nº 096/2010 - Concorrência

Objeto: Reforma e ampliação do fórum da Comarca de Lambari/MG.

Foram consideradas **HABILITADAS** as seguintes empresas:

- Sudeste Construções e Empreendimentos Ltda;
- Millenium Engenharia e Construções Ltda;
- Construtora Carmo Cruz Ltda; e
- Construtora Nogueira & Oliveira Ltda.

Licitação nº 066/2010 - Concorrência

Objeto: Reforma e adaptações em galpão do TJMG localizado no Bairro Camargos em Belo Horizonte-MG.

Foram consideradas **HABILITADAS** as seguintes empresas:

- Construtora Guia Ltda
- Sudeste Construções e Empreendimentos Ltda;
- Pantheon Engenharia Ltda; e
- Edenge Empresa de Engenharia Ltda;

Foram consideradas **INABILITADAS** as empresas LGE Eletrônica Ltda e Construtora Savana Ltda,



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ATA Nº. 018/2010

PROCESSO nº. 1646/10

LICITAÇÃO nº. 098/10 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 18/10/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de 2010, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE ÚNICO – J.I. Indústria e Comércio de Etiquetas Ltda, com sede na Av. Massuo Yoshiy nº 4522, Gleba Patrimônio Marialva, em Marialva / Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.593.986/0001-25, neste ato representada por sua procuradora Sr (a) Monia Marton Pavan, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.705.111-6, CPF nº. 023.735.899-90.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de etiqueta adesiva, especificados no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 098/2010 – Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

6.1. Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 10 (dez) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 10 (dez) dias úteis e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo art. 65 §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irreajustável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;

- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Autorização de compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1. Ficarão impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou autorização de Compra, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou Autorização de Compra;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

12.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca, se houver, inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

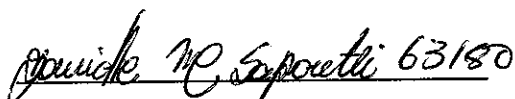
Belo Horizonte, 18 de outubro de 2010.

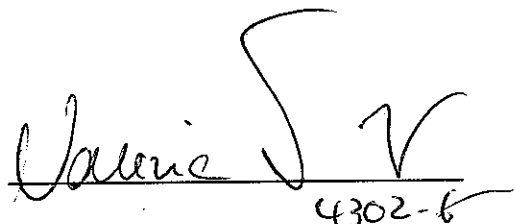

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Monia Marton Pavan
Procuradora

Testemunhas:


Monica M. Sportelli 63180


Valerio S. V.
4302-6

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVO, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 018/10)

LOTE ÚNICO		ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CÓDIGO	PREÇO UNITÁRIO	FORNECEDOR
		1	cento	20.000	Etiqueta Adesiva numerada com código de barras e controle de remessa via malote. Tamanho 4 x 1,5 cm – 1 cor - Numerada e com código de barra impresso em impressora termostática (com Ribbon) – Acompanha impresso para registro de malotes com numeração e embalados de 05 em 05 centos em plástico transparente. Quando do pedido informaremos a numeração a ser impressa.	20.25.024-0	R\$ 0,68	J.I. Indústria e Comércio de Etiquetas Ltda.

DIÁRIO DO JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Des. Cláudio Renato dos Santos Costa
Presidente

Desª. Márcia Maria Milanez
3ª Vice-Presidente

Des. Mário Lúcio Carreira Machado
1ª Vice-Presidente

Des. Antônio Marcos Alvim Soares
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Joaquim Herculano Rodrigues
2ª Vice-Presidente

Des. Luiz Audebert Delage Filho
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO III - BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2010 - Nº 190

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

"Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de criptografia eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura "sha1RSA", expedido pela Autoridade Certificadora denominada "AC PRODEMGE SRF", usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG."

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
18.10.2010

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

TJMG X J.L. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA.

Ata nº. 018/2010

Processo: 1646/2010

Licitação: 098/2010

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de etiquetas adesivas.

LOTE ÚNICO:

Etiqueta adesiva numerada c/ código de barras e controle de remessa via malote 4 x 1,5cm.

Quantidade registrada: 20.000 centos

Valor unit.: R\$0,68 (sessenta e oito centavos).

TJMG X MÁXIMO DISTRIBUIDORA LTDA.

Ata nº. 019/2010

Processo: 1666/2010

Licitação: 102/2010

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição materiais de escritório.

LOTE 01:

1.1. Apontador Simples

Quantidade Registrada: 8.000 un.

Valor unit.: R\$0,35 (trinta e cinco centavos);

1.2. Grampo 14mm

Quantidade registrada: 2.000 cx.

Valor unit.: R\$2,20 (dois reais e vinte centavos);

1.3. Grampo p/ pasta 80mm

Quantidade registrada: 3.500 cx.

Valor unit.: R\$4,37 (quatro reais e trinta e sete centavos);

1.4. Caneta marca texto

Quantidade registrada: 40.000 un.

Valor unit.: R\$0,45 (quarenta e cinco centavos).

LOTE 02:

2.1. Caneta esferográfica azul

Quantidade Registrada: 250.000 un.

Valor unit.: R\$0,30 (trinta centavos);

2.2. Caneta esferográfica preta

Quantidade Registrada: 100.000 un.

Valor unit.: R\$0,30 (trinta centavos);

2.3. Caneta esferográfica vermelha

Quantidade Registrada: 25.000 un.

Valor unit.: R\$0,30 (trinta centavos).

Comissão Permanente de Licitação

Classificação das Propostas

Licitação nº 080/2010 - Concorrência

Objeto: Obra de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Ibiá/MG.

Classificação das Propostas;

Classif	EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA	VALOR AJUSTADO TJ
1º	Sudeste Empreend. Ltda	2.208.268,19	2.208.317,19
2º	Consercon Const. Ltda	2.282.981,13	2.283.000,92
3º	Cons. Engemar Ltda EPP	2.362.989,37	-
4º	Esquadra Eng Ltda	2.367.233,03	-
5º	Const. Nogueira & Oliveira Ltda	2.370.670,63	2.370.579,10
6º	Millenium Engª e Construções Ltda EPP	2.396.244,41	2.396.235,12

A Comissão Permanente de Licitação do TJMG concede o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir desta data, para a empresas acima:

I - manifestar sobre o ajuste efetuado, em no valor global de suas propostas, nos termos do subitem 10.2.3 do edital;

II - exercer a prerrogativa prevista no art. 44 da Lei Complementar nº. 123/2006, sob pena de preclusão do seu direito, conforme o caso.

Informações adicionais na Rua Timbiras, 1.802 - Centro - BH - MG ou pelo tel (31) 3249.8056.
Em 18/10/10

a) Comissão de Licitação.

Julgamento da Habilitação

Licitação nº 096/2010 - Concorrência

Objeto: Reforma e ampliação do fórum da Comarca de Lambari/MG.

Foram consideradas **HABILITADAS** as seguintes empresas:

- Sudeste Construções e Empreendimentos Ltda;
- Millenium Engenharia e Construções Ltda;
- Construtora Carmo Cruz Ltda; e
- Construtora Nogueira & Oliveira Ltda.

Licitação nº 066/2010 - Concorrência

Objeto: Reforma e adaptações em galpão do TJMG localizado no Bairro Camargos em Belo Horizonte-MG.

Foram consideradas **HABILITADAS** as seguintes empresas:

- Construtora Guia Ltda
- Sudeste Construções e Empreendimentos Ltda;
- Pantheon Engenharia Ltda; e
- Edenge Empresa de Engenharia Ltda;

Foram consideradas **INABILITADAS** as empresas LGE Eletrônica Ltda e Construtora Savana Ltda,

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À
DIRETORIA EXECUTIVA DE
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

MAGISTRATURA

Ver Planilhas - Plantão de habeas corpus e medidas urgentes, para vigorar durante o ano de 2011 - no final desta publicação

2ª INSTÂNCIA

Retificando portaria de nomeação, publicada no dia 18/10/2010 (DJe de 15/10/2010), onde se lê Glaucilene Chaves de Melo, lê-se Glauciane Chaves de Melo.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO